



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

(CCA) Curso de Graduação em Ciências

Contábeis

Alissa Monteiro

**RELAÇÃO ENTRE AS FRAGILIDADES DO CONTROLE INTERNO E  
A MODIFICAÇÃO DE OPINIÃO DO AUDITOR**

Brasília

- DF

2022

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura  
**Reitora da Universidade de Brasília**

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen  
**Vice-Reitor da Universidade de Brasília**

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira  
**Decano de Ensino de Graduação**

Professor Doutor José Márcio Carvalho  
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de  
Políticas Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré  
**Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias**

Professora Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues  
**Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno**

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos  
**Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno**

**Alissa Monteiro**

**RELAÇÃO ENTRE AS FRAGILIDADES DO CONTROLE INTERNO E  
A MODIFICAÇÃO DE OPINIÃO DO AUDITOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador:** Prof. Dr. José Alves Dantas

Brasília

- DF

2022

MONTEIRO, Alissa.

Relação entre as Fragilidades do Controle Interno e a Modificação de Opinião do Auditor

Brasília, 2022.

Orientador (a): Prof. Dr. José Alves Dantas

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1º  
Semestre letivo de 2022

Palavras-chave. Controles Internos; Deficiências Significativas; Formulário de  
Referência; Opinião do Auditor.

Alissa Monteiro

## **RELAÇÃO ENTRE AS FRAGILIDADES DO CONTROLE INTERNO E A MODIFICAÇÃO DE OPINIÃO DO AUDITOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Dr. José Alves Dantas

Aprovado em 15 de setembro de 2022.

---

Prof. Dr. José Alves Dantas  
Orientador

---

Prof. Me. Julio Cesar Gomes Mendonça  
Professor - Examinador

Brasília - DF, Setembro de 2022.



## **AGRADECIMENTOS**

Dedico este trabalho a minha mãe, que sempre acreditou em mim e me apoiou, assim como ao Matheus Soares e amigos próximos que torcem por mim.

Dedico também ao meu professor e orientador José Alves Dantas, por todo apoio, ensinamentos e dedicação em me auxiliar neste estudo.

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo testar se a identificação de fragilidades no controle interno da entidade auditada aumenta a chance de o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras conter opinião modificada. Para a realização dos testes empíricos, foram analisadas as demonstrações financeiras do ano de 2020 e o Formulário de Referência do ano de 2021, referente ao ano de 2020, de 220 companhias. Os resultados obtidos evidenciaram que não há relação entre a identificação de fragilidades no controle interno e a chance de o relatório de auditoria conter opinião modificada. A análise descritiva dos dados revelou, adicionalmente, que: são apontadas fragilidades de controle interno em 34,5% das entidades auditadas; entre os setores econômicos, o que registrou proporcionalmente mais casos de deficiências significativas de controle interno foi o de Utilidade Pública; nas auditorias realizadas por *big four* são identificadas mais deficiências significativas do que nas realizadas por não *big four*; o registro de fragilidades de controle interno por empresas que integram níveis de governança corporativa são praticamente equivalentes ao identificado nas demais entidades; os principais tipos de deficiências de controle interno são relacionados a reconhecimento e/ou mensuração de itens contábeis e sistemas de informação; e há casos de empresas com até dez tipos de deficiências de controle interno apontadas. Por fim, foram realizados testes adicionais para identificar se as deficiências significativas de controle influenciariam a incorporação de parágrafos de ênfase no relatório de auditoria. Os resultados também revelaram não haver associação entre as variáveis. O presente estudo contribui para o avanço da literatura sobre o tema, na medida em que esse é um tema ainda pouco explorado, não obstante a propalada relevância do controle interno para a auditoria, inclusive em termos de previsões nas normas profissionais aplicáveis além de mostrar como o auditor considera os aspectos analisados para os relatórios de auditoria.

Palavras-chave: Controles Internos; Deficiências Significativas; Formulário de Referência; Opinião do Auditor.

## **ABSTRACT**

The present study aimed to identify whether there is a relationship between the weaknesses of internal control disclosed in the Reference Forms and the probability of the auditor issuing a modified opinion on the financial statements. To carry out the empirical tests, the financial statements for the year 2020 and the Reference Form for the year 2021, referring to the year 2020, of 220 companies were analyzed. The results obtained showed that there is no relationship between the identification of weaknesses in internal control and the chance that the audit report contains a modified opinion. The descriptive analysis of the data also revealed that: weaknesses in internal control are pointed out in 34.5% of the audited entities; among the economic sectors, the one that registered proportionally more cases of significant deficiencies in internal control was Public Utility; in the audits carried out by the big four, more significant deficiencies are identified than in those carried out by the non-big four; the record of weaknesses in internal control by companies that are part of corporate governance levels are practically equivalent to those identified in other entities; the main types of internal control deficiencies are related to the recognition and/or measurement of accounting items and information systems; and there are cases of companies with up to ten types of deficiencies in internal control pointed out. Finally, additional tests were performed to identify whether significant control deficiencies would influence the incorporation of emphasis paragraphs in the audit report. The results also revealed no association between the variables. The present study contributes to the advancement of the literature on the subject, insofar as this is a subject still little explored, despite the publicized relevance of internal control for auditing, including in terms of provisions in the applicable professional standards, in addition to showing how the auditor considers the aspects analyzed for the audit reports.

**Keywords:** Internal Controls; Significant Disabilities; Reference Form; Auditor's Opinion.

## **LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS**

**Tabela 1:** Composição da amostra, por setor econômico.

**Tabela 2:** Distribuição das empresas da amostra em relação à avaliação do controle interno.

**Tabela 3:** Distribuição da avaliação do controle interno, conforme o setor econômico.

**Tabela 4:** Distribuição da avaliação do controle interno, de acordo com as firmas de auditoria.

**Tabela 5:** Distribuição da avaliação do controle interno, conforme o nível de governança.

**Tabela 6:** Distribuição da avaliação do controle interno, conforme a opinião de auditoria.

**Tabela 7:** Distribuição da avaliação do controle interno, conforme o tipo de fragilidade.

**Tabela 8:** Distribuição da avaliação do controle interno, conforme a quantidade de fragilidades de controle interno, entre as companhias que registram deficiências.

**Tabela 9:** Estimação dos determinantes da modificação de opinião.

**Tabela 10:** Estimação dos determinantes dos parágrafos de ênfase

**SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1. O Papel da Auditoria no Funcionamento do Mercado de Capitais .....	15
2.2. A Importância do Controle Interno para a Auditoria .....	16
2.3. A Relação entre Fragilidade do Controle Interno e a Opinião do Auditor .....	19
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>21</b>
3.1. Amostra e Fonte de Dados .....	21
3.2. Parâmetros de Análise .....	22
3.3. Modelo de Regressão .....	22
<b>4. ANÁLISES DOS RESULTADOS.....</b>	<b>25</b>
4.1. Quanto à Existência de Deficiências Significativas no Controle Interno .....	25
4.2. Por Setor Econômico.....	25
4.3. Por Firma de Auditoria.....	26
4.4. Por Nível de Governança Corporativa .....	27
4.5. Por Opinião de Auditoria .....	29
4.6. Por Tipo de Fragilidade de Controle Interno.....	30
4.7. Por Quantidade de Fragilidade de Controle Interno.....	31
4.8. Estimação do modelo .....	32
<b>5. CONCLUSÕES.....</b>	<b>36</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

Por efeito de significativos eventos de fraudes e manipulações, o mercado exige cada vez mais, através do processo de auditoria, a comprovação que as informações vindas das empresas são confiáveis, para que casos como os da Enron e WorldCom não se repitam. Nesse sentido, Damascena (2011) diz que o objetivo da auditoria de demonstrações financeiras é aumentar o grau de confiança das informações reportadas pelas sociedades expressando uma opinião por meio do parecer de auditoria sobre sua situação econômica e financeira. O relatório de auditoria, com a opinião sobre a adequação das informações representa o objeto final de toda a execução do trabalho do auditor.

Um aspecto muito importante dentro da auditoria é o controle interno. Bordin e Saraiva (2005) afirmam que a instituição de controles internos serve para evitar o abuso de poder, o erro, a fraude e principalmente, a ineficiência, são fundamentais para que as entidades resguardem os seus ativos, assegurem a fidelidade e integridade dos registros, demonstrações, informações e relatórios financeiros, conheçam efetivamente a realidade da entidade, estabeleçam e conheçam quais os seus compromissos com a gestão, orientem e estimulem a organização estrutural e funcional, comuniquem as diretrizes administrativas, onde o controle interno serve como facilitador para o trabalho do auditor. Pereira (2004), por exemplo, concluiu que o gestor munido de um bom controle interno possui maior probabilidade de acertar continuamente o processo decisório e atingir a eficácia almejada da empresa: seja sob lucro ou sobrevivência empresarial com agregação de valor ao negócio.

Apesar de o controle interno ser de grande ajuda para o processo de auditoria, há possibilidade de que esse controle tenha deficiências e não cumpra adequadamente com seu objetivo, podendo impactar a opinião do auditor. Segundo Oliveira (2017), que realizou um estudo relacionando informações coletadas do Formulário de Referência com a opinião do auditor, existem incoerências entre as informações divulgadas sobre os controles internos e a opinião de auditoria, como, por exemplo, a existência de deficiências significativas nos controles internos enquanto a opinião da auditoria é sem ressalvas.

Silva e Vasques (2019) analisaram as percepções dos auditores independentes ocupantes de cargos de gerente e supervisor em uma empresa de auditoria independente de médio porte sobre a estrutura e funcionamento do Sistema de Controles Interno implementada nas empresas brasileiras de capital aberto e de capital fechado. É consenso entre os entrevistados que o processo de avaliação da qualidade da estrutura de controles internos é um dos passos mais importantes do planejamento da auditoria. Com essa avaliação, o auditor independente consegue compreender o ambiente em que o cliente está inserido, identificar os

riscos inerentes, de controle e de detecção e assim, avaliar o risco de distorção material das demonstrações financeiras e determinar a extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados.

Quando o auditor identifica fragilidades relevantes nos controles internos deve comunicar à administração para que insiram as informações no Formulário de Referência [FR] que é obrigatório para todas as empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários [CVM], conforme art. 24 da Instrução CVM nº 480/2009. Teixeira e Cunha (2016) dizem que a deficiência de controle interno ocorre quando o controle interno projetado e implementado não consegue, de forma tempestiva, prevenir, detectar e/ou corrigir as distorções nas demonstrações financeiras, ou não existe tal controle. Deficiências nos controles internos indicam que, na estrutura desse sistema, existem falhas no desenho, na implementação e ainda, cumulativamente ou não, na eficácia operacional de uma atividade de controle. Essas falhas podem afetar adversamente a capacidade da companhia para iniciar, registrar, processar, resumir e reportar dados financeiros e não financeiros precisos.

Tendo em vista esse contexto, o presente estudo tem por propósito testar se a identificação de fragilidades no controle interno da entidade auditada aumenta a chance de o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras conter opinião modificada. Os testes empíricos realizados para alcançar esse objetivo tiveram por base as informações sobre as deficiências dos controles internos encontradas nos formulários de referência e dos relatórios de auditoria sobre as demonstrações financeiras do ano de 2020 de 336 empresas não financeiras listadas na B3. Para testar se existe relação entre a opinião modificada de auditoria e as deficiências do controle interno foram estimados modelos de regressão.

Dessa forma, este estudo demonstra importância, na medida em que procura explorar se as fragilidades do controle interno interferem no trabalho de auditoria – e em especial acerca da sua relação com a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras. Contribui para o avanço da literatura sobre o tema, na medida em que esse é um tema ainda pouco explorado, conforme evidenciado em Valentim, Silva e Passos (2016), não obstante a propalada relevância do controle interno para a auditoria, inclusive em termos de previsões nas normas profissionais aplicáveis.

Além desta parte introdutória, que contextualiza o tema e define o seu objetivo, o estudo contempla: o referencial teórico, destacando o papel da auditoria no funcionamento do mercado de capitais, a importância do controle interno para a auditoria utilizada para alcançar dos objetivos do estudo (Seção 2); a definição de procedimentos metodológicos para a

realização dos testes empíricos (Seção 3); a análise e discussão dos resultados obtidos (Seção 4); e as conclusões sobre o estudo (Seção 5).

## 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 – O Papel da Auditoria no Funcionamento do Mercado de Capitais

De acordo com Gramling, Rittenberg e Johnstone (2012), auditoria de demonstrações financeiras, em seu contexto mais amplo, é o processo de comprovação de afirmações a respeito de ações e eventos econômicos. Portanto, é associada, frequentemente, a um serviço de comprovação, que é um processo realizado em três partes: coleta de evidências sobre afirmações, avaliação dessas evidências em confronto com critérios objetivos e a comunicação da conclusão obtida a partes interessadas.

Para Lins (2017), auditoria significa conferência, verificação, análise e avaliação e, acima de tudo, comunicação dos resultados dentro de um determinado objetivo ao qual a auditoria se propõe. A implantação da auditoria interna e/ou a contratação da auditoria externa proporcionam diversas vantagens para a empresa, além de ser obrigatória, no caso da auditoria externa, para empresas com ações na bolsa de valores e empresas de capital fechado consideradas de grande porte.

O papel da auditoria no funcionamento do mercado de capitais é destacado por Imoniana (2018), a importância da auditoria independente para o mercado de capitais é que ela ajuda a sustentar o mercado eficiente, dando conforto aos participantes do mercado e, em abrangência maior, a todos os *stakeholders*. Os administradores, que têm obrigação de divulgar, comunicam para os *stakeholders* do mercado de capitais a situação dos negócios em tempo hábil e consistente com as normas vigentes.

O pressuposto é que o funcionamento eficiente do mercado de capitais exige informações financeiras confiáveis, segundo Gramling *et al* (2012), isto porque os investidores dependem de dados precisos, confiáveis e objetivos (neutros), que representem a natureza econômica da empresa e, por sua vez, proporcionem uma base para a avaliação do progresso na direção de atingir objetivos em longo prazo. Se o mercado não receber dados confiáveis, os investidores sentir-se-ão inseguros em relação ao sistema, tomarão decisões incorretas e poderão perder dinheiro. Assim, o papel da auditoria é assegurar que esses investidores se sintam seguros com as informações apresentadas pelas companhias.

De acordo com Dantas e Medeiros (2015), a atuação dos auditores independentes é entendida como fundamental para o funcionamento dos mercados financeiro e de capitais, considerando a premissa de que, ao emitir opinião sobre a fidedignidade das informações contábeis, contribui para um ambiente de negócios caracterizado pela confiabilidade e credibilidade. Porém, com os escândalos corporativos do início do século, caracterizados por

fraudes e manipulações contábeis, muito se tem discutido sobre o alcance das responsabilidades dos auditores, tendo em vista que as demonstrações financeiras não receberam opinião modificada.

Estudo realizado por Dantas, Chaves, Sousa e Silva (2012) diz que considerando o propósito de atestar a confiabilidade das informações elaboradas pelas empresas, um requisito essencial para a consolidação no mercado de auditoria é a credibilidade do próprio auditor. Talvez por isso seja comum que as companhias, ao procurarem sinalizar ao mercado confiança nas informações divulgadas, contratem firmas de auditoria consolidadas e reconhecidas, o que representa uma força restritiva à entrada de novos atores no mercado de auditoria. Soma-se a isso o processo de internacionalização dos mercados financeiros e de capitais – em que a marca do auditor pode ser um elemento adicional para a credibilidade por parte de investidores externos – além de um ambiente que contribui para justificar o fato de o mercado de auditoria ser caracterizado, globalmente, pela concentração.

## **2.2 – A Importância do Controle Interno para a Auditoria**

Segundo o *Committee Of Sponsoring Organization of the Treadway Commission* (COSO, 2013), "controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade". Essa definição reflete alguns conceitos fundamentais, segundo os quais o controle interno é:

- Conduzido para atingir objetivos em uma ou mais categorias – operacional, divulgação e conformidade.
- Um processo que consiste em tarefas e atividades contínuas – um meio para um fim, não um fim em si mesmo.
- Realizado por pessoas – não se trata simplesmente de um manual de políticas e procedimentos, sistemas e formulários, mas diz respeito a pessoas e às ações que elas tomam em cada nível da organização para realizar o controle interno.
- Capaz de proporcionar segurança razoável - mas não absoluta, para a estrutura de governança e alta administração de uma entidade.
- Adaptável à estrutura da entidade – flexível na aplicação para toda a entidade ou para uma subsidiária, divisão, unidade operacional ou processo de negócio em particular.

Além disso, o COSO (2013) apresenta três categorias de objetivos que a entidade busca alcançar, que podem ser diretamente relacionados com os componentes dos controles internos: operacionais, os quais buscam garantir a eficiência e eficácia de seus processos internos; divulgação, os quais relacionam-se com a comunicação de informações financeiras e não financeiras confiáveis; e conformidade, os quais buscam garantir o cumprimento de leis e normas as quais a empresa está submetida.

Uma pesquisa realizada por Dantas, Rodrigues, Marcelino e Lustosa (2010), expõe que na literatura, o controle interno é sempre apontado como uma das funções essenciais da administração, contribuindo para que a organização possa acompanhar o desenvolvimento das ações administrativas, inclusive para a adoção de medidas corretivas, se necessário. Não obstante ser um preceito antigo da teoria da administração, o controle vem adquirindo cada vez mais relevância nos últimos tempos, na medida em que foram se avolumando os casos de escândalos corporativos e grandes prejuízos financeiros decorrentes de falhas no controle interno das organizações.

A Resolução Conselho Federal de Contabilidade CFC nº. 1.135/08 diz que controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público, com a finalidade de:

- (a) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
- (b) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;
- (c) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
- (d) estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas;
- (e) contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade; e
- (f) auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

Um bom controle interno é de grande ajuda para a auditoria, visto que proporciona um risco menor para sua execução. De acordo com Gramling *et al* (2012), quanto mais alta a qualidade do controle interno, menor o risco de controle e, portanto, mais o auditor pode confiar na qualidade dos controles internos ao formular um parecer sobre as demonstrações financeiras de uma organização. Mas há mais do que isso. O auditor precisa conhecer os controles internos de uma empresa para prever os tipos de procedimento de auditoria que devem ser realizados ao fazer testes diretos de saldos de contas. Sendo assim, através do controle interno, o auditor consegue determinar se precisará realizar procedimentos mais profundos - caso o controle não tenha sido bom - ou mais superficiais.

De acordo com Leite (2014), os controles internos estão passando por importante e intensa reestruturação, principalmente após a aprovação da Lei Sarbanes-Oxley [SOX], em 2002. O aumento das exigências no mercado de capitais exige uma sólida estruturação dos controles internos e contribui para uma maior valorização destes. A SOX vem contribuindo de forma eficiente para o fortalecimento do ambiente de controle interno das entidades obrigadas a cumprir suas exigências, e, conseqüentemente, contribui com a robustez das políticas de governança corporativa e transparência das entidades (Leite, 2014).

A Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica [NBC TA] 315 reforça a importância da avaliação do controle interno para a auditoria das demonstrações financeiras, ao destacar que o objetivo do auditor é identificar e avaliar os riscos de distorção relevante independentemente se causados por fraude ou erro, nos níveis da demonstração contábil e das afirmações, por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente, inclusive do controle interno da entidade, proporcionando assim uma base para o planejamento e a implementação das respostas aos riscos identificados de distorção relevante. De acordo com a norma profissional, o auditor deve obter entendimento do controle interno relevante para a auditoria. Embora seja mais provável que a maioria dos controles relevantes para a auditoria esteja relacionada com as demonstrações financeiras, nem todos os controles que se relacionam com tais demonstrações são relevantes para a auditoria. É uma questão de julgamento profissional de o auditor determinar se um controle, individualmente ou em combinação com outros, é relevante para a auditoria. O entendimento do controle interno auxilia o auditor na identificação de tipos de distorções potenciais e fatores que afetem os riscos de distorção relevante, bem como no planejamento da natureza, da época e da extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

Pesquisa realizada por Carvalho e Vieira (2016), com o objetivo de avaliar a importância da auditoria interna e do controle interno para a prevenção de fraudes nas instituições financeiras, observou que, se utilizados, tais ferramentas são capazes de reduzir e prevenir as fraudes nessas instituições. Isto devido às características da auditoria interna, que servem como analisadora e avaliadora das atividades da empresa, juntamente com o controle interno.

Evidencia-se, portanto, que com uma empresa organizada e auditada fica mais difícil que fraudes ocorram, pois quanto mais controle se tem, mais transparente ficam as ações dentro da empresa, contribuindo inclusive na redução de erros.

### 2.3 – A Relação entre Fragilidade do Controle Interno e a Opinião do Auditor

Segundo Mattos e Mariano (2009) o levantamento de informações sobre o sistema de controle interno e seu resultado vai ser fator preponderante para a determinação do volume de testes de auditoria: um sistema de controle interno forte permitirá ao auditor efetuar um volume menor de testes de auditoria. Por outro lado, um sistema de controle interno fraco obrigará ao auditor realizar um volume maior de testes de auditoria.

Estudo realizado por Damascena, Firmino e Paulo (2011) sobre os fatores que ocasionam a emissão de opinião de auditoria com ressalvas e/ou parágrafos de ênfase, no período de 2006 a 2008, em empresas listadas na B3, revelou que os motivos que mais provocaram ressalvas versam sobre limitação de escopo e impossibilidade da formação de opinião, ao passo que os parágrafos de ênfases são a existência de prejuízos contínuos, passivo a descoberto e deficiência de capital de giro. Portanto, essas evidências sugerem a necessidade de maior especificação nos relatórios dos auditores, a fim de garantir que não houve problemas na determinação do escopo de trabalho da auditoria, no planejamento do auditor ou na obtenção de evidências sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil adotado.

Silote, Rezende, Marques e Freitag (2020) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar a associação entre as deficiências de controles internos, a opinião do auditor e as republicações das demonstrações financeiras das empresas listadas na B3. Para isso, coletaram dados nos Formulários de Referência, relatório do auditor e nas demonstrações financeiras disponibilizadas no período de 2010-2018. Os resultados evidenciaram que 84,49% das observações se referem a empresas auditadas pelas *big four* e, no total foram 368 deficiências de controle interno reportadas e 612 declaravam não possuí-las. No que diz respeito à republicação verificou-se que em média 33% das empresas republicaram as demonstrações financeiras. Contudo, não se identificou associação entre divulgação de deficiências de controle interno, as republicações das demonstrações e o tipo de opinião do auditor.

Alguns questionamentos importantes foram citados na pesquisa realizada por Oliveira (2017) após encontrar incoerências relacionadas à opinião do auditor e às deficiências no controle interno. Em seu estudo, dentre as empresas que apresentaram opinião de auditoria sem ressalvas, cerca de 24% declararam algum tipo de deficiência ou deficiências significativas nos controles internos, de acordo com o Formulário de Referência. É então que a autora traz algumas reflexões, como: nessa situação, a opinião do auditor deveria ser realmente sem ressalvas? Deveria conter ao menos um parágrafo de ênfase para chamar a

atenção às deficiências contidas nos controles internos? Outra situação encontrada foi a de uma companhia que possui a opinião de auditoria com ressalvas e a avaliação do seu controle interno consta como sem deficiências. Essa situação traz a reflexão: um sistema de controles internos sem deficiências não detectaria a presença de uma distorção relevante nas informações da companhia? Ou, um sistema de controles internos sem deficiências não seria capaz de gerar informações para que os auditores pudessem coletar evidências em seu trabalho? Essa incoerência encontrada pode ser um alerta para a qualidade de uma das duas informações: ou a opinião de auditoria ou a avaliação do controle interno.

Consoante com o discutido em Oliveira (2017), a indagação central deste estudo se dá justamente por questionar se as fragilidades do controle interno são capazes de causar uma mudança na opinião do auditor. Caso a companhia possua deficiências significativas em seu controle interno, a chance de o auditor emitir uma opinião modificada deve aumentar, uma vez que o controle interno é desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade (COSO, 2013). Essa premissa, coerente com a NBC TA 315, dá suporte à seguinte hipótese de pesquisa, a ser testada empiricamente:

***H<sub>1</sub>***: A identificação de fragilidades no controle interno da entidade auditada aumenta a chance de o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras conter opinião modificada.

### 3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e documental. De acordo com Gil (2022), as pesquisas descritivas têm a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis, neste caso, a relação entre a modificação de opinião do auditor e as fragilidades do controle interno. Segundo Matias-Pereira (2016), uma pesquisa documental é aquela que é elaborada a partir de materiais que ainda não receberam tratamento analítico.

Quanto à forma de abordagem podemos classificar o estudo em qualitativo, pois, conforme Matias-Pereira (2016), parte do entendimento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

#### 3.1 – Amostra e Fonte de Dados

O estudo teve como população alvo as companhias abertas listadas no setor econômico na B3. Foram selecionados doze setores: bens industriais, construção e transporte, consumo cíclico, consumo não cíclico, financeiro, materiais básicos, outros, petróleo, gás e biocombustível, tecnologia da informação, telecomunicações, utilidade pública e saúde. A base utilizada na pesquisa foram as demonstrações financeiras do ano de 2020 e o formulário de referência do ano de 2021, referente ao ano de 2020.

Partindo, inicialmente, de um conjunto de 336 companhias, distribuídas por setores econômicos conforme Tabela 1, a amostra final é composta pelas entidades para as quais foram localizados as demonstrações financeiras e o formulário de referência de interesse, resultando em um total de 220 companhias.

**Tabela 1:** Composição da amostra, por setor econômico.

Setor econômico	Companhias Pesquisadas	Companhias com Informações
Bens industriais	33	25
Construção e transporte	57	39
Consumo cíclico	61	37
Consumo não cíclico	38	25
Financeiro	1	1
Materiais básicos	30	18
Outros	1	0
Petróleo, gás e biocombustível	8	5
Tecnologia da informação	8	6
Telecomunicações	7	4
Utilidade pública	71	54

Saúde	1	1
Sem informações	20	5
<b>Total</b>	<b>336</b>	<b>220</b>

Após a seleção das companhias da amostra, o passo seguinte deu-se por reunir as informações sobre: a publicação de deficiências nos controles internos contidas no Formulário de Referência de cada entidade; as informações econômico-financeiras nas demonstrações financeiras; a identificação das firmas de auditoria responsáveis por cada trabalho; e o conteúdo do relatório de auditoria.

### 3.2 – Parâmetros de Análise

As informações referentes à publicação de deficiências nos controles internos foram encontradas no Formulário de Referência de cada companhia, na seção 5.3 (Descrição – Controles Internos), letra “d”. Deste modo, as informações foram organizadas, permitindo sectionar as companhias de acordo com cada avaliação do controle interno: se possui deficiência significativa no controle interno ou se não possui deficiência significativa no controle interno.

Em seguida, utilizando as informações encontradas sobre a avaliação do controle interno, foram elaboradas associações pelos seis seguintes itens:

- a) Setor econômico, onde será analisada a relação de cada setor econômico com a avaliação do controle interno;
- b) Firma de auditoria, em que veremos se há associação entre as firmas de auditoria, em destaque as *big four*, com a avaliação do controle interno;
- c) Nível de governança corporativa, que será verificado se um bom nível de governança possui relação com a avaliação do controle interno;
- d) Opinião de auditoria, o tópico que abordará se uma opinião modificada possui relação com a avaliação do controle interno;
- e) Tipo de fragilidade do controle interno e
- f) Quantidade de fragilidade do controle interno.

### 3.3 – Modelo de Regressão

Para testar a hipótese  $H_1$ , que avalia se a identificação de fragilidades no controle interno aumenta a chance de o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras conter opinião modificada, foi desenvolvido o modelo Logit (3.1), que contempla como

variáveis explicativas as fragilidades nos controles internos e variáveis de controle definidas com base na literatura.

$$MOD_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 DefCI_{i,t} + \beta_2 ROA_{i,t} + \beta_3 B4_{i,t} + \beta_4 TAM_{i,t} + \beta_5 Rem_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (3.1)$$

Sendo:

**MOD<sub>i,t</sub>**: Variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso a empresa *i*, no período *t*, tenha relatório com modificação de opinião do auditor e 0, caso contrário.

**DefCI<sub>i,t</sub>**: Variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso a empresa *i*, no período *t*, tenha deficiências no controle interno e 0, caso contrário.

**ROA<sub>i,t</sub>**: Representa o retorno sobre os ativos da empresa *i*, no período *t*, calculado pela relação entre o Lucro Líquido e o Ativo Total.

**B4<sub>i,t</sub>**: Variável *dummy* que assume valor 1 se a empresa *i*, no período *t*, foi auditada por uma *Big Four* e 0, caso contrário.

**TAM<sub>i,t</sub>**: Refere-se ao tamanho da empresa *i*, no período *t*, dado pelo logaritmo natural do Ativo Total.

**Rem<sub>i,t</sub>**: Representa a remuneração dos auditores que prestaram serviços para a empresa *i*, no período *t*, calculado pela relação entre a Remuneração e o Ativo Total.

A variável independente para testar a hipótese **HI** são as deficiências no controle interno (**DefCI**). Para confirmar essa hipótese, espera-se uma relação positiva entre a presença de deficiências no controle interno e a variável dependente (**MOD**), sugerindo que o registro de deficiências significativas de controle interno aumenta a chance de o auditor independente emitir opinião modificada sobre as demonstrações financeiras.

Como variáveis de controle foram incorporadas, conforme literatura, características das companhias e do auditor, além de indicadores econômico-financeiros, pois múltiplos fatores relacionados a essas características podem influenciar na emissão da opinião do auditor.

Para Santos (2015), o aumento no retorno sobre os ativos (**ROA**) provoca uma diminuição das chances de ter um relatório modificado, a autora complementa dizendo que a performance financeira (**ROA**) influencia significativamente o tipo de opinião emitida pelo auditor. Ou seja, quanto maior o nível de rentabilidade, menor a chance de o auditor emitir relatório com opinião modificada (**MOD**), razão pela qual se espera uma associação negativa entre essas variáveis.

De acordo com Souza, Louzada, Amaral e Marques (2018), uma empresa auditada por *big four* (**B4**) apresenta menor probabilidade de obter uma opinião de auditoria modificada, sendo prevista associação negativa com a variável dependente, **MOD**.

Estudo realizado por Filgueira, Oliveira e Rêgo (2020) demonstra que o tamanho (**TAM**) da entidade auditada foi a variável que predominou com média positiva e constante,

sendo possível identificar que quanto maior o tamanho menor a ocorrência de opinião modificada (*MOD*), o que foi citado também por Souza *et al* (2018).

Por fim, Costa, Serra e Gomes (2013), ao analisarem alguns fatores que podem constituir ameaças à independência do auditor, como a remuneração dos auditores, e consequentemente influenciar a opinião deste nos relatórios que emite, concluíram que a probabilidade de emissão de relatórios modificados diminui à medida que os honorários aumentam. Nesse sentido, é prevista relação negativa entre as variáveis *Rem* e *MOD*.

## 4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados da análise em relação às informações sobre a avaliação da efetividade do controle interno (CI), tendo por base as demonstrações e o relatório de auditoria de 2020, além do formulário de referência de 2021, referente ao ano de 2020.

### 4.1 – Quanto à Existência de Deficiências Significativas no Controle Interno

O primeiro parâmetro de análise tem por base a distribuição por tipo sobre a existência ou não de deficiências significativas no controle interno. Os dados referentes às 220 empresas para as quais foram localizadas as demonstrações financeiras, relatórios de auditoria e formulários de referência, conforme evidenciado na Seção 3.1, são consolidados na Tabela 2.

**Tabela 2:** Distribuição das empresas da amostra em relação à avaliação do controle interno

	Deficiências significativas no CI		Não há deficiências significativas no CI		Total	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Total	76	34,5%	144	65,5%	220	100,0%

Conforme evidenciado, para a maior parte das empresas – cerca de dois terços – não foram apontadas deficiências significativas de controle interno. Não obstante, o percentual de empresas para as quais foram apontadas deficiências relevantes de controle interno não é desprezível (34,5%). São essas entidades com apontamentos de fragilidades de controle que são o objeto central dos exames deste estudo.

### 4.2 – Por Setor Econômico

Identificada a distribuição do conjunto das companhias por tipo de avaliação do controle interno, a etapa seguinte consistiu em procurar identificar essa distribuição de acordo com o setor econômico das empresas, conforme Tabela 3.

**Tabela 3:** Distribuição da avaliação do controle interno, conforme o setor econômico

Setor econômico	Deficiências significativas no CI		Não há deficiências significativas no CI		Total de companhias	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Utilidade pública	26	48,1%	28	51,9%	54	100,0%
Materiais básicos	6	33,3%	12	66,7%	18	100,0%
Bens industriais	8	32,0%	17	68,0%	25	100,0%
Consumo não cíclico	8	32,0%	17	68,0%	25	100,0%
Consumo cíclico	10	27,0%	27	73,0%	37	100,0%
Construção e transporte	8	20,5%	31	79,5%	39	100,0%
Demais setores	10	45,5%	12	54,5%	22	100,0%
Total	76	34,5%	144	65,5%	220	100,0%

Entre os setores com pelo menos 10 observações, o que registrou proporcionalmente mais casos de deficiências significativas de controle interno foi o de Utilidade Pública, com registro desse tipo de fragilidade em quase metade das observações, o que se torna mais representativo por ser o setor com maior número de observações. Nesse segmento constam empresas que atuam no serviço de utilidade pública, em sua maioria são companhias de energia elétrica, algumas de água e saneamento e apenas uma de gás. Essas são empresas que prestam serviços públicos e básicos para toda a população, trazendo uma interessante indagação: o fato de a companhia prestar um serviço público possui relação com a quantidade de deficiências significativas apresentadas?

Em seguida, quatro setores registram proporções de fragilidade no controle em torno de 30%, com variações pouco relevantes entre eles: Materiais Básicos; Bens Industriais; Consumo Não Cíclico; e Consumo Cíclico. Esse patamar se aproxima da média geral da amostra (34,5%). Os demais setores apresentam praticamente um equilíbrio entre companhias que apresentam deficiências significativas e que não apresentam.

#### 4.3 – Por Firma de Auditoria

Outro parâmetro de análise sobre o registro de fragilidades no controle interno é quanto à firma de auditoria responsável por tais apontamentos. No caso específico, o foco principal de análise consiste em avaliar se há diferença entre o comportamento das *big four* (KPMG, PWC, Deloitte e EY) em relação às demais firmas quanto a esse tipo de registro. Os resultados são consolidados na Tabela 4.

**Tabela 4:** Distribuição da avaliação do controle interno, de acordo com as firmas de auditoria

Firma de auditoria	Deficiências significativas no CI		Não há deficiências significativas no CI		Total de companhias	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
<i>Big four</i>	<u>59</u>	<u>40,1%</u>	<u>88</u>	<u>59,9%</u>	<u>147</u>	<u>100,0%</u>
KPMG	22	48,9%	23	51,1%	45	100,0%
Deloitte	6	42,9%	8	57,1%	14	100,0%
EY	17	35,4%	31	64,6%	48	100,0%
PwC	14	35,0%	26	65,0%	40	100,0%
<i>Não big four</i>	<u>17</u>	<u>23,3%</u>	<u>56</u>	<u>76,7%</u>	<u>73</u>	<u>100,0%</u>
Total	76	34,5%	144	65,5%	220	100,0%

Conforme evidenciado na Tabela 4, nas auditorias realizadas por *big four* são identificadas mais deficiências significativas, coerente com as perspectivas de que os trabalhos realizados por *big four* são mais minuciosos de maior qualidade, por possuírem maior credibilidade. A diferença de uma companhia auditada por *big four* é justamente a segurança das informações passadas ao mercado, o que fica claro nos dados analisados, uma vez que a quantidade de companhias auditadas por uma não *big four* é duas vezes menor do que as auditadas por uma *big four*, sendo que, do total das não *big four*, apenas 23,3% apresentaram deficiências significativas.

Entre as *big four*, a KPMG foi a firma que mais apontou deficiências significativas de controle interno, 48,9% de seu total. A que prestou serviços para a maior quantidade de empresas sem deficiências significativas foi a EY, para 31 empresas de um total de 88.

#### 4.4 – Por Nível de Governança Corporativa

Neste tópico foi abordada a relação do nível de governança corporativa com a avaliação do controle interno. Um nível baixo de governança corporativa implica em controles internos com deficiências significativas?

**Tabela 5:** Distribuição da avaliação do controle interno, conforme o nível de governança

Nível de Gov. Corporativa	Deficiências significativas no CI		Não há deficiências significativas no CI		Total de companhias	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
<u>Integra níveis de GC</u>	<u>48</u>	<u>35,3%</u>	<u>88</u>	<u>64,7%</u>	<u>136</u>	
N2	8	61,5%	5	38,5%	13	100,0%
N1	9	40,9%	13	59,1%	22	100,0%
NM	28	33,7%	55	66,3%	83	100,0%
MB	2	18,2%	9	81,8%	11	100,0%
MA	1	14,3%	6	85,7%	7	100,0%
<u>Não integra níveis de GC</u>	<u>28</u>	<u>33,3%</u>	<u>56</u>	<u>66,7%</u>	<u>84</u>	<u>100,0%</u>
Tradicional	28	36,8%	48	63,2%	76	100,0%
<u>Sem informações</u>	<u>0</u>	<u>0,0%</u>	<u>8</u>	<u>100,0%</u>	<u>8</u>	<u>100,0%</u>
Total	76	34,5%	144	65,5%	220	100,0%

Em que: NM é Novo Mercado; N1 é Nível 1; N2 é Nível 2; MA é Cia. Bovespa Mais; e MB é Cia. Balcão Org. Tradicional

Do total de companhias que integram os níveis de Governança Corporativa, a maioria é classificada como Novo Mercado (NM), seguidas pelas companhias do Nível (N1), com 61 companhias de diferença entre os dois níveis. O NM conduz as empresas ao mais elevado padrão de governança corporativa, deveria ter o mínimo possível de companhias com deficiências significativas, mas um terço de seu total possui deficiências (33,7%), se aproximando da média da amostra.

Dentre os que integram os níveis de Governança Corporativa, o nível que menos apresenta deficiências significativas é o Bovespa Mais (MA), com apenas 1 companhia, o que não seria tão comum, já que esse nível possibilita a realização de captações menores se comparadas ao Novo Mercado.

As companhias que não integram níveis de Governança Corporativa apresentam um comportamento não esperado, uma vez que apenas um terço de seu total (33,3%) apresenta deficiências significativas, por não integrar um nível de governança, o esperado eram resultados opostos. Comparando essas empresas e as empresas que estão no Novo Mercado, são observados resultados praticamente iguais, o que não deveria ser comum. O que traz um questionamento: o fato de uma empresa fazer parte de um nível de governança corporativa não deveria influenciar os controles internos das companhias?

#### 4.5 – Por Opinião de Auditoria

A análise desta seção foi realizada com o objetivo de verificar se a opinião de auditoria é coesa em relação às deficiências significativas no controle interno. Uma deficiência significativa pode acarretar uma opinião modificada? Uma opinião sem modificações quer dizer que a companhia não possui deficiências significativas?

**Tabela 6:** Distribuição da avaliação do controle interno, conforme a opinião de auditoria

Opinião de auditoria	Deficiências significativas no CI		Não há deficiências significativas no CI		Total de companhias	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
<u>Sem modificação</u>	<u>73</u>	<u>34,9%</u>	<u>136</u>	<u>65,1%</u>	<u>209</u>	<u>100,0%</u>
Sem ressalvas	73	34,9%	136	65,1%	209	100,0%
<u>Com modificação</u>	<u>3</u>	<u>27,3%</u>	<u>8</u>	<u>72,7%</u>	<u>11</u>	<u>100,0%</u>
Ressalva	2	33,3%	4	66,7%	6	100,0%
Abstenção de opinião	1	20,0%	4	80,0%	5	100,0%
Total	76	34,5%	144	65,5%	220	100,0%

A maioria das empresas possui uma opinião limpa, sendo 209 das 220 (94,50%) e apenas 11 com opiniões modificadas. Dentre as opiniões com modificações, é observável que de 11 companhias, apenas 3 possuem deficiências significativas (27,30%), ou seja, não se pode associar uma opinião com modificação a um controle interno com deficiências significativas.

Entre as companhias que receberam opiniões sem modificações, percebe-se que a maioria (65,1%) não apresenta deficiências significativas nos controles internos, o que é um comportamento esperado. Porém, 34,9% das empresas sem modificação de opinião apresentam deficiências significativas no controle interno, o que chama atenção, pois, de acordo com a NBC TA 700, uma opinião não modificada é a opinião expressa pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações financeiras são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. As deficiências significativas encontradas não teriam recebido a devida importância nesses casos?

Os resultados expostos na Tabela 6 sinalizam para a perspectiva de que a hipótese de pesquisa  $H_1$  não será confirmada, já que demonstram não haver relação entre a identificação de fragilidades nos controles internos e a modificação de opinião sobre as demonstrações financeiras.

#### 4.6 – Por Tipo de Fragilidade de Controle Interno

Nesta seção serão analisados os tipos de fragilidades encontradas nos controles internos das companhias da amostra, além de verificar as principais deficiências significativas apontadas nos formulários de referência.

**Tabela 7:** Distribuição da avaliação do controle interno, conforme o tipo de fragilidade

Tipo de deficiência	Companhias	
	Qtd.	%
Reconhecimentos e/ou mensuração de itens contábeis	68	37,0%
Sistemas de informação	62	33,7%
Integridade das informações	29	15,8%
Gestão de pessoas	11	6,0%
<i>Compliance</i>	4	2,2%
Controles administrativos gerais	4	2,2%
Auditoria interna	2	1,1%
Dados incorretos	1	0,5%
Estimativas Contábeis	1	0,5%
Gestão de patrimônio	1	0,5%
Tesouraria	1	0,5%
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>100,0%</b>

Após análise dos formulários de referência, é possível encontrar resultados esperados referentes aos tipos de fragilidades. Conforme demonstrado na Tabela 7, “reconhecimentos e/ou mensuração de itens contábeis” e “sistemas de informação” são os tipos mais comuns de deficiências significativas apontadas – 37,0% e 33,7%, respectivamente.

A deficiência que mais aparece entre o tipo “sistemas de informação” é relacionada ao monitoramento das atividades de usuários privilegiados nos ambientes SAP, GRC, sistema operacional e respectivos bancos de dados. Em relação ao “reconhecimento e/ou mensuração de itens contábeis”, o que mais é encontrado são deficiências ligadas à receita, conciliações e saldos incorretos. O tipo “integridade das informações”, por sua vez, representa 15,8% dos tipos de fragilidades identificadas, sendo diretamente relacionadas às ausências de controles.

Um caso específico que chama a atenção foi o da Telebrás, empresa brasileira de telecomunicações, para a qual foram apontadas deficiências significativas, mas não detalha quais são os tipos, conforme o seguinte relato no formulário de referência:

No relatório preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente, entre outros aspectos, foram abordados o

alcance planejado da auditoria, a época da auditoria e as constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências nos controles internos que foram identificadas durante os trabalhos.

#### 4.7 – Por Quantidade de Fragilidade de Controle Interno

Por fim, busca-se analisar a quantidade de fragilidades encontradas nos controles internos das companhias, conforme Tabela 8, restringindo-se às entidades que apresentaram registro de deficiências. Assim, pode-se verificar a média de deficiências significativas por empresa.

**Tabela 8:** Distribuição da avaliação do controle interno, conforme a quantidade de fragilidades de controle interno, entre as companhias que registram deficiências

Quantidade de deficiências	Companhias		Total
	Qtd.	%	Qtd.
1	33	43,4%	33
2	16	21,1%	32
3	9	11,9%	27
4	8	10,5%	32
5	5	6,6%	25
6	0	0,0%	0
7	0	0,0%	0
8	2	2,6%	16
9	1	1,3%	9
10	1	1,3%	10
Sem informação	1	1,3%	1
Total	76	100,0%	185

Os dados demonstrados na Tabela 8 revelam, inicialmente, que para a grande maioria (64,5%) dos casos das companhias em que foram apontadas deficiências de controle interno, o número dessas fragilidades ficou entre um e dois problemas.

Por outro lado, chama a atenção o fato de quatro companhias registrarem entre oito e dez deficiências de controle interno, o que representa um número expressivo de problemas:

- Atma Participações S.A. foram apontadas, pela BDO RCS Auditores Independentes, dez deficiências, envolvendo integridade das informações e reconhecimento e/ou mensuração de itens contábeis;

- Santos BRP: foram registradas nove fragilidades de controle interno, relacionadas aos sistemas de informações e reconhecimentos e/ou mensuração de itens contábeis, apontadas pela KPMG;
- Plascar Participações Industriais S.A. e Lupatech S.A.: para essas empresas – auditadas pela EY e Crowe Macro Auditores Independentes, respectivamente – foram destacadas oito deficiências de controle em cada uma delas, envolvendo integridade das informações, compliance, controles administrativos gerais, reconhecimento e/ou mensuração de itens contábeis e gestão de pessoas.

Embora o número de problemas apontados não represente, necessariamente, maior criticidade das fragilidades de controle, tendo em vista que a natureza da fragilidade é um elemento fundamental para esse julgamento, conforme apontado por Gramling *et al* (2012). Uma única deficiência de controle, por exemplo, pode ser considerada relevante, por si só, para fundamentar um julgamento que conduza a distorções relevantes nas demonstrações financeiras. De qualquer forma, parece contraintuitivo que situações como as relatadas das companhias Atma Participações S.A., Santos BRP, Plascar Participações Industriais S.A. e Lupatech S.A., com o registro de tantos problemas de controle interno, os relatórios de auditoria a respeito das demonstrações financeiras dessas empresas não tenham registrado modificação de opinião em nenhum dos casos.

#### **4.8 – Estimação do Modelo**

Com a finalidade de testar a hipótese  $H_1$ , foi estimado o modelo (3.1) *cross section*, com o método SUR (PCSE), que gera parâmetros robustos, mesmo na presença de autocorrelação e heterocedasticidade nos resíduos. Os resultados obtidos foram incorporados na Tabela 9.

**Tabela 9:** Estimação dos determinantes da modificação de opinião

<b>Modelo testado:</b>	
$MOD_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 DefCI_{i,t} + \beta_2 ROA_{i,t} + \beta_3 B4_{i,t} + \beta_4 TAM_{i,t} + \beta_5 Rem_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$	
Variáveis	Coeficiente e (p-valor)
<i>C</i>	<b>0,3388*</b> <b>(0,0600)</b>
<i>DefCI</i>	-0,0059 (0,8509)
<i>ROA</i>	<b>-0,0294***</b> <b>(0,0030)</b>
<i>B4</i>	-0,0314 (0,3896)
<i>TAM</i>	-0,0121 (0,1551)
<i>Rem</i>	-0,9027 (0,4922)
Nº de observações	214
Período	2020
R <sup>2</sup>	0,0814
R <sup>2</sup> ajustado	0,0593
F-Estatística	3,6872
F (p-valor)	0,0032

**Em que:** MOD representa a variável dummy que assume valor igual a 1 caso a empresa i, no período t, tenha relatório com modificação de opinião do auditor e 0, caso contrário; DefCI, variável dummy que assume valor igual a 1 caso a empresa i, no período t, tenha deficiências no controle interno e 0, caso contrário; ROA representa o retorno sobre os ativos da empresa i, no período t, calculado pela relação entre o Lucro Líquido e o Ativo Total; B4, variável dummy que assume valor 1 se a empresa i, no período t, foi auditada por uma Big Four e 0, caso contrário; TAM refere-se ao tamanho da empresa i, no período t, dado pelo logaritmo natural do Ativo Total; e Rem representa a remuneração dos auditores que prestaram serviços para a empresa i, no período t, calculado pela relação entre a Remuneração e o Ativo Total.

Nível de significância: \*\*\* 1%; \*\* 5%; \* 10%. P-valores entre parênteses.

Em relação à variável independente de interesse (*DefCI*), não foi encontrada associação estatisticamente relevante com a variável dependente, representativa da modificação de opinião (*MOD*) por parte dos auditores. Esse resultado revela que o fato de se identificar fragilidades significativas no controle interno não aumenta a chance de o relatório de auditoria conter opinião modificada, refutando-se a hipótese de pesquisa  $H_1$ . Na verdade, a análise descritiva da Seção 4.5 já indicava esse resultado, confirmado agora por meio da estimação da regressão.

No tocante às variáveis de controle, os testes demonstraram entre o nível de rentabilidade (*ROA*) possui relação negativa e relevante com a modificação de opinião (*MOD*), ou seja, quanto maior o retorno sobre os ativos menor a probabilidade de o auditor modificar a opinião sobre as demonstrações financeiras examinadas. Essas evidências são

compatíveis com os achados de Santos (2015) e reforçam a perspectiva de que entidades com melhores indicadores de rentabilidade têm menor propensão a promoverem distorções materiais em suas demonstrações financeiras.

Para as demais variáveis de controle não foram encontradas associações relevantes com a modificação de opinião, ou seja, o fato de ser auditada por big four (**B4**), o tamanho da entidade (**TAM**) e os honorários de auditoria (**Rem**) não ajudam a explicar a propensão dos auditores a emitirem opinião modificada de auditoria (**MOD**). Dada a ausência de relevância da relação entre as fragilidades de controle e a modificação de opinião do auditor, surgiu questionamento adicional sobre as deficiências nos controles internos poderiam impactar o fato de o auditor inserir em seu relatório parágrafos de ênfase. Para tanto, o modelo (3.1) foi reestimado, apenas com a substituição da variável dependente por uma variável dummy representativa da presença de parágrafos de ênfase (**ENF**) no relatório de auditoria. Os resultados dessa estimação são consolidados na Tabela 10.

**Tabela 10:** Estimação dos determinantes dos parágrafos de ênfase

<b>Modelo testado:</b>	
$ENF_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 DefCI_{i,t} + \beta_2 ROA_{i,t} + \beta_3 B4_{i,t} + \beta_4 TAM_{i,t} + \beta_5 Rem_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$	
Variáveis	Coeficiente e (p-valor)
<b>C</b>	0,0941 (0,7847)
<b>DefCI</b>	0,0505 (0,4079)
<b>ROA</b>	0,0213 (0,2588)
<b>B4</b>	-0,2992 (0,0000)
<b>TAM</b>	0,0149 (0,3621)
<b>Rem</b>	1,2127 (0,6292)
Nº de observações	209
Período	2020
R <sup>2</sup>	0,0892
R <sup>2</sup> ajustado	0,0668
F-Estatística	3,9805
F (p-valor)	0,0018

---

**Em que:** ENF representa a variável dummy que assume valor igual a 1 caso a empresa *i*, no período *t*, tenha parágrafo de ênfase e 0, caso contrário; DefCI, variável dummy que assume valor igual a 1 caso a empresa *i*, no período *t*, tenha deficiências no controle interno e 0, caso contrário; ROA representa o retorno sobre os ativos da empresa *i*, no período *t*, calculado pela relação entre o Lucro Líquido e o Ativo Total; B4, variável dummy que assume valor 1 se a empresa *i*, no período *t*, foi auditada por uma Big Four e 0, caso contrário; TAM refere-se ao tamanho da empresa *i*, no período *t*, dado pelo logaritmo natural do Ativo Total; e Rem representa a remuneração dos auditores que prestaram serviços para a empresa *i*, no período *t*, calculado pela relação entre a Remuneração e o Ativo Total.  
P-valores entre parênteses.

---

Assim como ocorreu ao testar se variável independente de interesse, *DefCI*, explicasse a probabilidade de o auditor emitir opinião modificada sobre as demonstrações financeiras (*MOD*), essa estimação adicional revelou que as deficiências significativas de controle também não são associadas com a variável dependente *ENF*, revelando que a identificação de fragilidades significativas no controle interno não aumenta a chance de o auditor inserir em seu relatório parágrafos de ênfase.

A única variável de controle que apresentou relevância foi a *big four (B4)*, apresentando uma relação negativa, isto é, o fato de uma companhia ser auditada por uma *big four* representa menor chance de o auditor incluir parágrafos de ênfase em seu relatório. As demais variáveis não possuem associações relevantes com os parágrafos de ênfase.

## 5 - CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo testar se a identificação de fragilidades no controle interno da entidade auditada aumenta a chance de o relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras conter opinião modificada. A premissa considerada foi que caso a companhia possua deficiências significativas em seu controle interno, a chance de o auditor emitir uma opinião modificada deve aumentar, uma vez que o controle interno é desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade (COSO, 2013).

Partindo de uma amostra de 336 empresas, foram analisadas as demonstrações financeiras do ano de 2020 e o formulário de referência do ano de 2021, referente ao ano de 2020 de 220 companhias – sendo que pouco mais de um terço (34,5%) apresentaram deficiências significativas – envolvendo os setores de bens industriais, construção e transporte, consumo cíclico, consumo não cíclico, financeiro, materiais básicos, petróleo, gás e biocombustível, tecnologia da informação, telecomunicações, utilidade pública e saúde.

Os resultados obtidos evidenciaram que não há relação entre a identificação de fragilidades no controle interno e a chance de o relatório de auditoria conter opinião modificada, rejeitando a hipótese  $H_1$ . A análise descritiva realizada demonstra que existem fragilidades de controle interno em 34,5% das entidades auditadas. Nos setores econômicos, o que registrou proporcionalmente mais casos de deficiências significativas de controle interno foi o de Utilidade Pública, com registro desse tipo de fragilidade em quase metade das observações. Sobre as firmas de auditoria conclui-se que nas auditorias realizadas por *big four* são identificadas mais deficiências significativas do que nas não *big four*. O registro de fragilidades de controle interno por empresas que integram níveis de governança corporativa são praticamente iguais ao identificado nas demais entidades. Os principais tipos de deficiências de controle interno são relacionados a reconhecimento e/ou mensuração de itens contábeis e sistemas de informação. Em relação à quantidade de fragilidade no controle interno, há casos de empresas com até dez tipos de deficiências apontadas.

Adicionalmente foram realizados testes para também verificar se há relação entre a identificação de fragilidades no controle interno e a chance de o auditor apresentar parágrafos de ênfase no relatório. De forma equivalente ao constatado com relação à modificação de opinião, os testes revelaram não haver associação entre as variáveis.

No que diz respeito às limitações é importante ressaltar que foi realizada análise dos relatórios de apenas um ano, tendo uma análise qualitativa limitada, além de possuir na amostra companhias que não apresentavam todas as informações necessárias para a análise.

Para pesquisas futuras a sugestão seria de incluir um intervalo de tempo maior, ampliar a análise qualitativa, colher informações de empresas que apresentem relatórios mais completos, além de buscar analisar detalhadamente a relação entre a identificação de fragilidades no controle interno e a chance de o auditor incluir parágrafos de ênfase em seu relatório.

O presente estudo contribui para o avanço da literatura sobre o tema, na medida em que esse é um tema ainda pouco explorado, não obstante a propalada relevância do controle interno para a auditoria, inclusive em termos de previsões nas normas profissionais aplicáveis além de mostrar como o auditor considera os aspectos analisados para os relatórios de auditoria.

## REFERÊNCIAS

- Bordin, P. & Saraiva, C. J. (2005). O Controle Interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das Informações Contábeis. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, 2(3), 201-218.
- Carvalho, A. R., & Vieira, E. T. V. (2016). A Importância da Auditoria Interna e do Controle Interno, na Redução de Fraudes nas Instituições Financeiras. *Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia*, 1(2), 230-246.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Resolução nº. 1.135/08, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.8 – Controle Interno.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Norma Brasileira De Contabilidade – NBC TA 315 (R1), de 19 de Agosto de 2016.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Norma Brasileira De Contabilidade – NBC TA 700, de 17 de Junho de 2016.
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission [COSO]. (2013). *Controle Interno – Estrutura Integrada*. Tradução: Instituto dos Auditores Internos do Brasil e PWC Auditores Independentes. Disponível: [https://auditoria.mpu.mp.br/pgmq/COSOIIICIF\\_2013\\_Sumario\\_Executivo.pdf](https://auditoria.mpu.mp.br/pgmq/COSOIIICIF_2013_Sumario_Executivo.pdf)
- Costa, M. R. S., Serra, S. & Gomes, P. (2013). Fatores determinantes da opinião do auditor: estudo empírico das empresas portuguesas. Apresentado no XIV Congresso internacional de Contabilidade e Auditoria, Lisboa, Portugal.
- Damascena, L. G. (2011). *Pareceres de auditoria: um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras*. Dissertação de Mestrado. Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPA/UFRRN, João Pessoa, PB, Brasil. Disponível: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9317>.
- Damascena, L. G., Firmino, J. E., & Paulo, E. (2011). Estudo sobre os pareceres de auditoria: Análise dos parágrafos de ênfase e ressalvas constantes nas demonstrações contábeis das companhias listadas na Bovespa. *Contabilidade Vista & Revista*, 22(2), 125-154.
- Dantas, J. A., Chaves, S. M. T., Sousa, G. A., & Silva, E. M. (2012). Concentração de auditoria no mercado de capitais brasileiro. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 4-21.
- Dantas, J. A., & Medeiros, O. R. (2015). Determinantes de Qualidade da Auditoria Independente em Bancos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 43-56.

- Dantas, J. A., Rodrigues, F. F., Marcelino, G. F., & Lustosa, P. R. B. (2010). Custo-Benefício do Controle: Proposta de um Método para Avaliação com Base no COSO. *Contabilidade Gestão E Governança*, 13(2), 03-19.
- Filgueira, P. J. G., Oliveira, K. P. S. & Rêgo, T. F. (2020). Auditoria Contábil: as características das empresas negociadas na [b]3 e a opinião dos auditores independentes. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, RN, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/6358>.
- Gil, A. C. (2022). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 7 ed. Rio de Janeiro: Atlas.
- Gramling, A. A., Rittenberg, L. E., & Johnstone, K. M. (2012). *Auditoria: Tradução da 7a edição norte-americana*. São Paulo: Cengage Learning Brasil.
- Imoniana, J. O. (2018). *Auditoria: Planejamento, Execução e Reporte*. São Paulo: Atlas.
- Leite, D. U. (2014). *Percepção de Auditores Independentes e Auditados sobre a Aplicação da Lei Sarbanes-Oxley nos Controles Internos*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Disponível: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9VDGZY?mode=simple>.
- Lins, L. S. (2017). *Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa*. 4a ed. São Paulo: Atlas.
- Matias-Pereira, J. (2016). *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- Mattos, C. C., & Mariano, R. P. (2009). Controle Interno: Uma Abordagem Teórica. *Contabilidade Vista & Revista*, 10(1), 34-39.
- Oliveira, T. R. (2017). *Divulgação de deficiências nos controles internos de entidades do setor financeiro: relação com a governança corporativa e auditoria independente*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Disponível: <https://bdm.unb.br/handle/10483/18509>.
- Pereira, A. N. (2004). A Importância do Controle Interno para Gestão de Empresas. *Revista Pensar Contábil*, 6(25), 1-14.
- Passos, J. G., Silva, L. O. & Valentim, I. C. D. (2016). Controle Interno e Gestão de Risco: uma revisão baseada em estudos brasileiros. *Revista Interface*, 13(1), 69-89.
- Santos, P. B. C. (2015). *As características da empresa são determinantes do tipo de relatório de auditoria?* Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/8847>.
- Silote, N. Z., Rezende, E. F., Marques, V. A. & Freitag, V. C. (2020). Deficiências de Controles Internos, Republicações e Opinião do Auditor: Evidências Empíricas no

- Mercado Brasileiro. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 15(3), 310-328.
- Silva, A. H. C. & Vasques, C. M. (2019). Percepção dos Auditores Externos sobre o Sistema de Controles Internos das Empresas. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 24(3), 47-61.
- Souza, A. A., Louzada, L. C., Amaral, H. F. & Marques, V. A. (2018). O poder da reputação: evidências do efeito big four sobre a opinião do auditor. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(35), 03-31.
- Teixeira, S. A., & Cunha, P. R. (2016, junho). Índice de Deficiências do Controle Interno: Análise de Empresas Brasileiras listadas na BM&FBovespa. Apresentado no X Congresso Anpcont, Ribeirão Preto, SP, Brasil.